



# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI MUNICIPAL Nº 171, de 30 de dezembro de 1995

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito Municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - definir as prioridades da política de Assistência Social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;
- V - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;
- VIII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito Municipal;

X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no início anterior;

XI - elaborar e aprovar seu Regulamento Interno;

XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XIII- convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

#### SEÇÃO I

##### DA COMPOSIÇÃO

Art. 39 - O CMAS - MF, terá a seguinte composição;

I - do Governo Municipal:

- a) representante do órgão de Educação;
- b) representante do órgão de saúde;
- c) representante do órgão de Agricultura;
- d) representante do órgão da Cultura, Turismo e Meio Ambiente;
- e) representante da EMATER-ES.

II - representantes dos Usuários Prestadores de Serviços e Profissionais;





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) representante de escola especializada;
- b) representante da Igreja Luterana;
- c) representante da Pastoral da Saúde;
- d) representante da Organização de amparo a

Idosos;

- e) representante do CONCAMP.

§ 1º - Cada titular do CMAS-MF 1 (um) suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida a participação de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações;

II - do único representante legal das entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função do Conselheiro é considerado serviço público relevante, e, não é remunerado;

II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas.

III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a um





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

### SEÇÃO II

#### DO FUNCIONAMENTO

Art. 69 - O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário com órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente e cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 70 - A Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 80 - Para melhorar desempenho de suas funções o CMAS poderá recolher a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadores de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

Art. 90 - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 10 - O CMAS elaborará seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

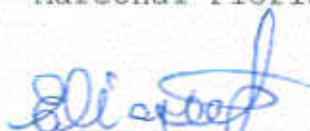
Art. 11 - A Secretaria Municipal, cuja competência estejam afetas as atribuições objeto da presente Lei, passará a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 12 - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ , para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo os recursos poderão ser aplicados diretamente nos programas, projetos, serviços e benefícios, sob a responsabilidade do Município e através de transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e ou similares.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano, de 30 de dezembro de 1995.

  
ELIAS KIEFER

Prefeito Municipal

